



TERMO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO ACORDO DE LENIÊNCIA

O **MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO** e o **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhes conferem o §10º do art. 16 e art. 17 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 52 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e no art. 14 da Portaria Conjunta CGU/AGU nº 4, de 9 de agosto de 2019, resolvem:

1. Declarar cumpridas as obrigações assumidas pela **TECHNIP BRASIL ENGENHARIA INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA.** e **FLEXIBRÁS TUBOS FLEXÍVEIS LTDA.** (**RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**) com a Controladoria-Geral da União e com a Advocacia-Geral da União (**INSTITUIÇÕES CELEBRANTES**) no Acordo de Leniência celebrado em 25 de junho de 2019 e o atendimento, de forma plena e satisfatória, dos compromissos assumidos de que tratam os incisos I e IV do art. 45 do Decreto nº 11.129, de 2022.

2. Atestar especialmente o adimplemento da obrigação contida na Cláusula Sétima, relativa à cooperação para as investigações e esclarecimentos dos fatos objeto do Acordo de Leniência, na Cláusula Oitava, relativa ao pagamento do valor de R\$ R\$ 819.794.768,79 (oitocentos e dezenove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos) como ressarcimento ao Patrimônio Público, e nas Cláusulas Nona e Décima, relativas ao aperfeiçoamento e monitoramento do Programa de Integridade das **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**.

3. Conceder às **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**, como decorrência do cumprimento dessas obrigações:

I - a isenção das sanções administrativas previstas no art. 87, incisos III e IV, e no art. 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no tocante aos fatos objeto do Acordo de Leniência;

II - a não aplicação dos efeitos e das penalidades previstas no art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, com exceção da multa reduzida já aplicada, conforme demonstrativo constante no Anexo IV - Demonstrativo de Cálculo e Valor das Multas; e

III - a não aplicação da sanção de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, de acordo com o previsto no art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4. Consignar que o presente termo não isenta as **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS** de continuar cooperando, caso necessário, com eventuais novas investigações ou processos que se relacionem aos fatos objeto do Acordo de Leniência, nos termos de sua Cláusula Sétima.